

“Aprender o método industrioso de ler com análise”: o projeto de criação da *Sociedade Phylopolytechnica* de São João del-Rei (Minas Gerais, 1824-1828)*

Christianni Cardoso Morais **

RESUMO

Neste artigo, analiso a tentativa de criação da *Sociedade Phylopolytechnica* de São João del-Rei, uma instituição que se pretendia inaugurar em anexo à Biblioteca Pública da Vila. Os Estatutos da Sociedade mostram que variadas formas de acesso ao escrito foram “arquitetadas” pelas elites oitocentistas desejosas de instrução. Esses estabelecimentos, entendidos em seu contexto, são exemplares no que se refere à maneira como os homens do período procuravam, por meio da palavra escrita, atingir graus mais elevados de civilização e progresso.

Palavras-chaves: Letramento; Sociedades de Leitura; Bibliotecas; Civilização; Progresso.

ABSTRACT

In this article I analyze the attempt to create the *Sociedade Phylopolytechnica* of São João del-Rei, an institution that was to be connected with the town's Public Library. The Statutes of the Society show that various forms of access to the written word had been “orchestrated” by the eighteenth century elite for their own education. These establishments, understood in their context, are examples that reveal the ways in which the men of the period sought, through the literature, to attain a higher level of civilization and progress.

Keywords: Literacy, Reading Societies, Libraries, Civilization, Progress.

* O presente artigo constitui uma versão do capítulo III de minha dissertação de Mestrado intitulada Para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831), defendida em 2002 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, sob orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvêa.

** Professora do Departamento das Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei (DECED/UFSJ).
E-mail: tianni@ufsj.edu.br

RESUMEN

En este artículo analizo la tentativa de creación de la *Sociedad Phylopolytechnica* de São João del-Rei, una institución que se pretendía inaugurar en anejo a la Biblioteca Pública de la Villa. Los Estatutos de la Sociedad muestran que variadas formas de acceso a lo escrito fueron "arquitectadas" por las elites ochocientistas deseosas de instrucción. Esos establecimientos, entendidos en su contexto, son ejemplares en lo que se refiere a la manera como los hombres de la época buscaban, a través de la palabra escrita, attingir grados más elevados de civilización y progreso.

Palabras-clave: Alfabetismo; Sociedades de Lectura; Bibliotecas; Civilización; Progreso.

Historicamente, foram várias as instituições culturais ligadas a livros, inauguradas por diversas partes da Europa e das Américas. Além das bibliotecas, podemos destacar as sociedades literárias e os gabinetes de leitura. De acordo com Wittmann (1999, p. 159), "o desenvolvimento histórico das sociedades literárias começou com assinaturas conjuntas de jornais no século XVIII, mais tarde também de revistas. Tais círculos de leitura, que serviam para acalmar a fome de informação, muitas vezes conservaram-se até o século XIX sem qualquer institucionalização". Ao lado das bibliotecas, as sociedades de leitura foram as instituições que representavam a grande "revolução" que vinha ocorrendo na Europa desde o século XVIII, quando esse continente assistiu ao crescimento do contingente de leitores, principalmente entre as camadas "burguesas".

Tanto na Alemanha quanto na Inglaterra e na França, grande número dessas associações teria sido inaugurado com intuito de promover a "emancipação cultural da burguesia". Habermas (1984, p. 92) contabiliza mais de 270 sociedades literárias na Alemanha no fim dos setecentos. Esses "locais de sociabilidade de idéias" ofereciam "a possibilidade tanto de ler revistas e jornais quanto também, igualmente importante, a oportunidade de conversar sobre o que foi lido". Já na primeira metade dos oitocentos, Londres possuía 122 *circulating libraries* e, em Paris, foram instituídos 463 *cabinets de lecture*, entre os anos de 1815-1830, conforme Maria Alexandre Lousada (2000-2001, p. 186).

Em Portugal, nas décadas iniciais do século XIX, Lousada (2000-2001, p. 170) identifica os oito primeiros gabinetes de leitura lisboenses (inaugurados entre 1801 e 1828) como fundamentais para a criação de uma esfera pública de debate de idéias políticas. Além disso, pelo fato de os preços dos aluguéis de livros ou das subscrições dos gabinetes não serem tão elevados, essas instituições tornaram-se uma alternativa importante para aqueles que não dispunham de grandes quantias financeiras para comprar materiais de leitura, uma vez que tais objetos possuíam preços inacessíveis para a maioria da população portuguesa no período. Dessa forma, os gabinetes de leitura de Lisboa são considerados pela citada autora como "um espaço novo, [...] específico para a leitura, que inaugurou a comercialização do acto de ler", cujo público freqüentador possivelmente se caracterizava como "um público 'intermédio', alfabetizado, ávido de conhecimentos e informações".

No Brasil setecentista, foram muitas as sociedades literárias nas quais se reuniam os letrados da época. Esse tipo de “espaço de sociabilidade”, segundo Roberto Acízelo Souza (1999, p. 19; Cavalcante, 1995, p. 53-66), gerava entre seus sócios participantes um espírito associativo que “não consistia apenas na reunião regular ou intermitente dos escritores; mais do que isso, consubstanciava-se na concepção de um programa de trabalho intelectual coletivizado”. Num levantamento das academias inauguradas no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, o referido autor faz uma relação dos “atos acadêmicos em homenagem a personalidades (Academia dos Seletos – Rio de Janeiro, 1752 -, em preito a Gomes Freire de Andrada, e Academia em Homenagem a Bernardo José de Lorena - São Paulo, 1791)”; além disso, mais sete academias: Academia Brasilica dos Esquecidos (Bahia, 1724-5), Academia dos Felizes (Rio de Janeiro, 1736-40), Academia Brasilica dos Acadêmicos Renascidos (Bahia, 1759), Academia dos Felizes (São Paulo, 1770), Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-9), Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-90; 1794), Sociedade Bahiense dos Homens de Letras (1810) - (Souza, 1999, p. 18).

Uma das mais importantes instituições desse tipo que buscava ampliar as possibilidades de acesso ao escrito foi a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, criada inicialmente como Academia Científica, em 1771. Em 1779, teve seu funcionamento suspenso pelas autoridades, por ser considerada um espaço perigoso. Reaberta em 1786, já com o nome de Sociedade Literária do Rio de Janeiro, funcionou até 1790, quando foi novamente proibida. Veio a retomar suas atividades em 1794, dessa vez, porém, por apenas quatro meses, quando foi definitivamente fechada e alguns de seus membros denunciados e presos por três anos por “professarem contra a religião, a monarquia e a favor da República francesa” (Jancsó, 1997, p. 412-413; Kury; Munteal Filho, 1995, p. 112).

Ao analisar a história dos gabinetes de leitura, Ana Luiza Martins (1990, p. 21-31) afirma que, apesar de se constituírem, a princípio, como instituições exclusivamente européias setecentistas, ao se disseminarem pelos Estados Unidos da América e Brasil, foram se diversificando e tomaram outros significados, apesar de possuírem em comum com os gabinetes europeus o fato de serem locais de proposta laica, onde se alugavam livros, muitas das vezes para leitura domiciliar. No Brasil, além da locação de livros, os gabinetes possuíam, de maneira geral, caráter filantrópico, sendo um dos mais importantes espaços brasileiros desse tipo o Gabinete Português de Leitura, inaugurado na Corte do Rio de Janeiro em 1837, com forte proposta política (1990, p. 32-53)¹. Martins (2000, p. 369) faz um estudo detalhado sobre os gabinetes de leitura da Província de São Paulo datados da segunda metade do século XIX, e afirma que os mesmos foram “as primeiras bibliotecas populares e públicas do país, projeto inédito e arrojado”. Mas, como se procurou demonstrar anteriormente – e guardadas as devidas especificidades – a idéia de se constituírem estabelecimentos para a organização de programas de leitura e debate de idéias havia sido posta em prática no Brasil desde o século XVIII.

¹ A autora afirma que a denominação *gabinete* assumiu múltiplos significados ao longo da história e faz uma distinção entre *gabinete e biblioteca*, pois, apesar de o gabinete possivelmente possuir uma biblioteca, era ainda espaço para discussão política, leitura organizada, etc.

Como veremos adiante, inclusive no interior da Província das Minas Gerais, ainda nas primeiras décadas dos oitocentos, pretendeu-se inaugurar uma sociedade de leitura. O objetivo central deste artigo é o de analisar a organização interna desse ambiente de sociabilidade e o modo de ler que se pretendia impor nessa instituição, que buscava, entre outras coisas, organizar e controlar as práticas de leitura que fossem realizadas por seus sócios. Mas faz-se necessário, em primeiro lugar, contextualizar o espaço de inserção da sociedade de letrados que iremos analisar: a Vila de São João del-Rei.

Situada na Província de Minas Gerais, era a referida Vila, nas primeiras décadas do XIX, um dos principais centros de exportação dos produtos mineiros e de importação dos produtos trazidos da Corte do Rio de Janeiro (Lenharo, 1979). Possuía uma situação geográfica privilegiada, já que era cortada por várias estradas. Era a "cabeça" da Comarca do Rio das Mortes, ou seja, sua sede administrativa. Quanto aos aspectos culturais, Maria Augusta Amaral Campos (1998, p. 176) afirma que existiram diversas associações de cunho político e cultural nas quais os homens se encontravam para debater os assuntos de seu interesse e que, a partir da instalação de sua primeira tipografia (1827), "São-João del-Rei assistiu à explosão da imprensa local", tendo sido "publicados 12 periódicos entre 1827 e 1844".

Várias iniciativas de ampliação dos usos da leitura entre as elites de São João del-Rei foram tomadas por meio da abertura de espaços de convívio com o escrito e, para que se possa entendê-las, há que se considerar também o contexto político da época. No período imediatamente posterior à Independência do Brasil, a extensão da instrução e a ampliação dos usos do escrito entre a população livre e de posses tinham em vista o desenvolvimento de normas e valores que eram identificados como os dos países europeus civilizados. Esse momento histórico é considerado aquele em que as elites do Brasil recém-independente recusam progressivamente os valores lusitanos, buscando afirmar sua autonomia, fundar uma nova nação, constituir um sentimento de patriotismo – cenário que começa a se modificar a partir de 1831, com a abdicação de D. Pedro I (Mattos, 1994). O acesso ao escrito era então compreendido como um dos aspectos centrais para o desenvolvimento de uma população civilizada, capaz de se submeter à ordem pública e ainda levar a nação brasileira a ingressar na corrida constante que culminaria com o progresso. Tendo em vista a necessidade de se constituírem um povo e uma nação civilizados, as elites brasileiras buscavam inspiração na França, tomando esse país como o modelo de civilização almejado. Daí o interesse pelos "espaços de sociabilidade", pelo idioma, livros e autores franceses (Velooso; Madeira, 1999, p. 67).

A Biblioteca de São João del-Rei ou, como era nomeada no período, Livraria Pública, foi a primeira biblioteca pública da Província de Minas Gerais². As primeiras tentativas para sua

² Entendendo-se por *públicos* os espaços predominantemente masculinos em que se debatiam idéias importantes para o momento vivido, tanto cafés, salões, sociedades e gabinetes de leitura, quanto periódicos, conforme Habermas. Trata-se de uma "esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante" (Habermas, 1984, p. 42).

inauguração foram feitas em 1824, quando um comerciante e político local, Baptista Caetano d'Almeida, escreveu ao Presidente da Província oferecendo-lhe “não só a minha pequena Livraria, como a Enciclopedia methodica, Diccionario das Artes e Agricultura, e alguãs outras interessantes obras, que reunidas completaraõ talvez oitocentos volumes, para principio de huã Livraria Publica desta Villa”, no intuito de criar “um dos mais úteis Estabelecimentos para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria”³. Pediu ao Presidente da Província um dos salões da Casa do Conselho para abrigar a Livraria, além da “entrada franca em Mathias Barboza de todas as obras que para a mesma forem importadas do Rio de Janeiro” e que se assinassem Periódicos e Folhas Públicas do país e do exterior, pois só dessa maneira os leitores poderiam acompanhar “a história do tempo manifestada diária ou mensalmente”⁴. Seu oferecimento foi aceito, mas nenhum de seus pedidos foi atendido.

Sem desistir, Baptista Caetano inaugura, numa das Salas da Santa Casa da Misericórdia, a expensas próprias, aos 19 de agosto de 1827, a Livraria Pública. Criou-se um grupo de subscritores para que se pudesse manter a instituição, com uma “subscrição módica de cinco mil réis anuais”. Houve 90 assinantes que concorreram com “ações”, mas nem todos pagaram a quantia prometida e, logo no primeiro ano, praticamente todos desistiram da idéia⁵. A partir de um pedido feito à Assembléia Legislativa, em 15 de novembro de 1827, conseguiu-se a isenção de impostos dos livros que fossem trazidos do Rio de Janeiro, conforme noticiou o periódico local *O Astro de Minas*⁶. Aos 6 de setembro de 1828, o acervo da Livraria foi “trasladado” da Santa Casa da Misericórdia para um dos Salões da Casa da Câmara, “não só por ficar allí mais bem accomodada, decente e util aos Cidadãos desta Villa, como pelo incomodo, que aqui causava, por se achar em huma das Sallas no interior das enfermarias”⁷.

O viajante inglês Robert Walsh, durante sua estada em São João (1828), fez uma visita à Biblioteca. Sobre seu acervo, comenta ele que era constituído de aproximadamente mil volumes e que se encontrava instalado em uma das salas da Câmara Municipal, sendo seu horário de funcionamento das 9h da manhã às 13h. Em seu interior, os livros ficavam “dispostos ao longo das paredes, numa sala bem arrumada, com uma mesa de leitura no centro”. Havia livros publicados em português, espanhol, francês e inglês. Escritas em francês estavam as obras de Voltaire, Rousseau, e Raynal, “juntamente com outras que aparecem na

³ Sobre a idéia de *instrução*, há uma tradução no periódico local *O Astro de Minas* na qual fica claro que essa noção é tomada “no sentido mais amplo, [pois não só as escolas, mas] tudo o que faz pensar pode chamar-se *instrução*” (n. 80, p. 4, 22/5/1828). A elite local mostra que o projeto de instrução da biblioteca não deve ser estendido a todos, cabendo a cada um instruir-se de acordo com sua posição social, pois “He preciso, que o lavrador conheça a Agricultura; o Jardineiro o Jardim; o Pastor os Rebanhos. So esta instrução aproveita geralmente ao povo, porque so ella augmenta hum fundo de idéas convenientes a cada condição” (n. 81, p. 4, 24/5/1828).

⁴ A maior parte das informações sobre a Livraria aqui utilizadas encontra-se no *Livro para Subscrição voluntaria a beneficio da mantença da Livraria Publica de São João d'El Rey* (SUB 208 - 1824-1827) – Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei (ACMSJDR).

⁵ A respeito da composição sociocultural e das habilidades *literácitas* deste grupo de subscritores, cf: Moraes, 2002, p. 121-170.

⁶ *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 30, p. 04, 2/1/1828.

⁷ *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 127, p. 01, 9/9/1828.

fase inicial da Revolução Francesa" e a *Enciclopédia Metódica*. Entre os livros ingleses, cita *O Revolucionário Plutarco*, *Riqueza das Nações*, de Smith, *Geografia*, de Pinkerton, *O Paraíso Perdido*, *Viagem Sentimental* e *Trials for Adultery*, além dos periódicos *Chronicle* e *Times*. Diz ainda que todos os jornais publicados no Brasil "são recebidos ali e colocados na sala de leitura". É o mesmo viajante que informa que a Biblioteca constituía "apenas uma parte de um programa mais vasto proposto por uma Sociedade Politécnica" (Walsh, 1985, p. 77-78)⁸.

Conforme foi dito, durante o processo de criação e manutenção da Livraria, o expediente da subscrição, muito comum no período, não rendeu tanto quanto se esperava. Assim, além das subscrições, pensou-se em uma alternativa para dar continuidade ao projeto: a criação da *Sociedade Phylopolytechnica*. A Livraria Pública seria, então, administrada, protegida, e aumentada "pela Sociedade que [a] considera como seu Gabinete". Apesar de a *Sociedade* ser responsável por "proteger" a Biblioteca, esta, por compor um estabelecimento que difere dos corpos daquela, teria regimento particular, mas esses estatutos nunca chegaram a ser redigidos.

Finalizados em 30 de novembro de 1827, os *Projectos dos Estatutos da Sociedade Phylopolytechnica* foram enviados pelo diretor da Livraria Pública de São João del-Rei, o então Juiz de Fora da Vila, Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, para exame e aprovação de Sua Majestade Imperial, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1828. Quando da estada de WALSH na Vila, o projeto já havia sido "enviado ao governo, para aprovação, mas não [havia ainda] resposta. A impressão geral era que não só a sociedade como também a biblioteca não iriam ser incentivadas" (Walsh, 1985, p. 78).

A partir da leitura dos *Projectos dos Estatutos da Sociedade Phylopolytechnica*, não se pode afirmar categoricamente que as idéias contidas nos livros que compunham o acervo da Biblioteca de São João del-Rei orientavam as ações e os pensamentos de seus fundadores. Também não se pode dizer se esses livros eram lidos, como o eram e nem "medir" claramente o que seus prováveis leitores sentiam quando os liam, mas também "não se pode fazer uma história das formas de sociabilidade [...] sem levar em consideração os conceitos abstratos ou as noções que são referência das práticas culturais" (Chartier, 2001, p. 124). No que se refere às questões sobre as práticas de leitura e escrita comuns ao período estudado, pode-se dizer que, por meio dos *Estatutos da Sociedade Phylopolytechnica*, consegue-se ter acesso aos protocolos de leitura que esse documento, de caráter normativo, pretendia estabelecer nesse ambiente com códigos de comportamento compartilhados. Valéria Augusti (1998), ao analisar os estatutos do Gabinete Português de Leitura, da Biblioteca da Marinha e da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, ressalta a importância dos estatutos de bibliotecas e sociedades literárias como fontes para o mapeamento do universo do livro e dos leitores e mostra como esses

⁸ Maiores detalhes sobre a Biblioteca em questão, seu acervo e sua história, cf: Morais, 2002, p. 55-96.

espaços de leitura organizada constrangiam seus freqüentadores, pois eram estipulados em seus regimentos tanto o tipo de público que podia utilizar os serviços quanto os dias, horários, número de livros emprestados que eram então permitidos e ainda as práticas de leitura instituídas.

As semelhanças do modo como se pretendia organizar a *Sociedade Phylopolytechnica de São João del-Rei* com as sociedades ou os gabinetes de leitura que existiram na Europa são muitas⁹. A *Sociedade Phylopolytechnica* funcionaria de forma semelhante aos gabinetes alemães analisados por Habermas (1984, p. 92), nos quais os sócios “elegem a sua diretoria de acordo com os estatutos, resolvem por maioria sobre a aceitação de novos membros, decidem questões conflituosas, sobretudo por vias parlamentares”. Seus *Estatutos* começam por afirmar que “esta sociedade he livre, litterariamente fallando; isto he, proffessa-se nella a liberdade de pensamento, e de expressão”, sendo “as leis sociaes, e religiosas [...] a unica coacção externa”. Seu grupo freqüentador seria constituído a partir de um “pacto espontâneo de Litteratos associados”. Os membros seriam todos os subscritores da Livraria Pública, que, ao subscrever, “mostrão ser amantes das letras e desejozos do progresso do espirito humano”. Desde que matriculados, poderiam se inscrever outros sócios da Vila, da região, ou correspondentes de todas as Províncias do Império, qualquer um que se interessasse por ciências, literatura ou artes. A admissão dos novos sócios seria feita a partir da indicação dos candidatos pelos sócios efetivos. O segundo passo seria a votação secreta dos nomes indicados. Após a votação, a matrícula só seria aceita se no mínimo dois terços dos subscritores tivessem concordado com a entrada daquele que se candidatou.

Os *Estatutos* deixavam claro que, para se tornar sócio, não bastava a indicação de um subscritor, pois, apesar de a sociedade se declarar livre, os requisitos essenciais para se tornar um membro são: “além de bons costumes, e consideração da sociedade civil, ser amante da litteratura em geral, das artes e sciencias”. Após a candidatura e a votação, sendo um novo sócio aprovado, este receberia, como atestado de sua inserção no grupo, um diploma assinado pelo Presidente e pelo Secretário da *Sociedade*. Em nenhum momento menciona-se a possibilidade da cobrança de taxas de aluguel de materiais de leitura para interessados que não fossem associados. Portanto, não era permitida a participação de qualquer pessoa nessa associação, pois, apesar de ela não falar dos “limites sociais, a homogeneidade social era assegurada pelo fato de que, para a aceitação de novos membros, era necessária uma decisão da maioria” (Wittmann, 1999, p. 159).

Tendo sido a proposta de criação da *Sociedade de Leitura* de São João feita por uma parcela da elite local, observa-se que ela estava destinada a uma parte específica da população: os “cidadãos”, homens livres e de posses que se relacionassem bem com

⁹ As informações subseqüentes sobre a *Sociedade* foram retiradas dos Projectos d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica empreendida em a Villa de São João D'El Rei, publicados pela *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899.

Baptista Caetano e com os subscritores, ficando clara a intenção *excludente* desse projeto "civilizatório". Além de se perceber que a *Sociedade* possuía caráter restritivo, podem-se encontrar, por meio de seus *Estatutos*, indicativos sobre as tensões existentes entre os que compunham a elite de São João del-Rei, já que as votações deveriam ser secretas, a fim de "acautellarem-se assim odios, e vinganças por aqui occazionadas". Tinha-se como objeto de disputa o reconhecimento da posse do capital cultural¹⁰, marcado por diversas formas de distinção, havendo sempre uma dupla estratégia, baseada tanto no pertencimento quanto na exclusão.

Sugeriu-se que a *Sociedade* fosse constituída de três corpos ou institutos. O primeiro seria o *Gymnasio Litterario*, que teria como finalidade "aperfeiçoar nossas faculdades pela deliberação, e pelo conflicto das Luzes em todos os assumptos dos conhecimentos humanos", ou seja, seria esse corpo um fórum de discussões subdividido por seus membros em "trez grande objectos – Sciencias, Artes e Letras", sendo que os assuntos debatidos deveriam seguir sempre essa ordem. Seria, nos dizeres do Estatuto, "huma escolla de perfeição, huma assembléa de ensaios", de "indole [...] parte scientifica, parte erudita, parte instructiva".

Esse primeiro corpo da *Sociedade* deveria funcionar numa sala, com uma mesa no alto e três cadeiras. Os móveis seriam ocupados pelo Presidente, que tomaria a cadeira do centro, pelo Secretário (à direita) e pelo "Tachygrafo" (do lado esquerdo). Haveria outra mesa no fundo da sala, a do "mestre de cerimônias", que agiria como um ajudante do Presidente. Nas primeiras reuniões de cada mês, seriam escolhidos os funcionários do *Gymnasio*, não ficando nenhum sócio isento de exercer os diversos cargos desse instituto. O Presidente teria como principal objetivo manter a ordem das sessões e dirigir a discussão dos temas propostos e, sobre sua mesa, estariam sempre uma publicação da Lei Fundamental do Império, uma da *Lei da Liberdade de Imprensa e os Estatutos da Sociedade*, além de um códice com folhas em branco para que o secretário redigisse nele as atas das reuniões. A presença das leis impressas sobre a mesa do Presidente da *Sociedade* revela o quanto seus idealizadores queriam se afirmar simbolicamente como obedientes à ordem pública imperial e, ao mesmo tempo, indica que essa elite percebia que a leitura organizada e o debate de idéias poderiam ser considerados perigosos pelos representantes do Estado.

Chama a atenção o fato de o Estatuto afirmar que haveria "concorrências" entre os participantes das reuniões do *Gymnasio Litterario*, sendo inclusive os vencedores de cada "ramo de disciplinas" "coroados" em um "ritual". Os que alcançavam maior dis-

¹⁰ Bourdieu (1999, p. 74) afirma que o *capital cultural* pode se manifestar em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado. Aqui vale a pena reter o primeiro estado, que assume "a forma de disposições duráveis no organismo". A aquisição ou incorporação do capital cultural ("ter que se tornou ser") pressupõe trabalho e demanda tempo por parte daquele que deseja "cultivar-se", não podendo ser feita "por procuração", conforme a metáfora do "bronzamento" utilizada pelo referido autor.

tinção nos assuntos discutidos “separar-se-hão do resto da assembléa [...] e sentar-se-hão conduzidos pelo mestre de ceremonias [...] ao lado do Presidente”; ao conquistar essa honra, os vencedores das discussões verbais ficariam à esquerda e os de escritos, à direita do Presidente do Gymnasio. Essas “concorrências” realizar-se-iam todos os sábados à tarde, durante três horas seguidas, da seguinte maneira: após a leitura e aprovação da ata da sessão anterior, seriam encaminhadas as propostas para o debate. Logo a seguir, os sócios poderiam propor os assuntos para o debate, anunciando-os em voz alta. O Presidente, depois de “classificar” a que ramo dos conhecimentos humanos o assunto pertencia, “se apparecerem socios n'ella versados que se offereção para a discutir, ou competir, [...] entrará o assumpto”. Caso a proposta a ser discutida fosse considerada “escandalosa”, seria rejeitada, tendo claro que por “escandaloso” entende-se o que pode ferir “qualquer pessoa, ou Leis”. Os trechos descritos permitem as seguintes reflexões: primeiramente, para que o sócio pudesse participar das atividades da instituição, era preciso estar livre de encargos o tempo suficiente para ler, procurar se informar e para participar das reuniões. Dessa forma, aqueles que precisassem trabalhar diariamente para garantir seu sustento jamais poderiam dispor de horas livres para se dedicar a tal empreendimento, o que obriga a uma imediata “seleção” dos sócios. Em segundo lugar, apesar de haver um desejo de “libertação”, conseguido por meio da leitura e do confronto de idéias, deveria haver “bom senso” e respeito pelas instituições sociais, nunca “escandalizando” ou ferindo as leis, ou seja, essa comunidade de leitores sabia o quanto a leitura organizada era perigosa, pois poderia fugir ao controle dos padrões sociais estabelecidos. Dessa forma, agia também de forma a “dirigir” e “orientar” a leitura, a maneira como os impressos deveriam ser entendidos e como os assuntos propostos seriam discutidos.

Com relação aos temas para as discussões, caso algum fosse aceito para o debate, o Presidente deveria definir se ele seria “assumpto de recitação – assumpto de discussão verbal – assumpto de emulação por escripto, ou programma”. O tempo todo a relação com o escrito se dá de maneira ritualizada, pois o livro é visto como “sagrado” e a maneira de se colocar em contato com ele neste “espaço de sociabilidade” deve ser organizada num sistema de distinção e promoção. Certamente, aos assuntos de maior destaque na época ou que possuíssem maior número de sócios capazes de discutir seria dispensado maior tempo de debate e, a partir do confronto, um escrito a seu respeito seria organizado por seu proponente. Aos assuntos de programas escritos que vencessem os debates “considera-se huma nova honra”, sendo impressos com a permissão de uma “Commissão de sençura” (sobre a qual se falará posteriormente). Caso não houvesse quem se dispusesse a falar sobre o assunto proposto, este seria rejeitado, ou

se observar que a questão depende de novas experiencias de factos, ou de fontes que não sejam communs à assembléa, será logo sustada [...] e remetida como em consulta à faculdade, ou pessoa que possuir as fontes proprias (isto quando a Sociedade venha a ter tal amplitude de correspondencias).

Para que as discussões feitas no *Gymnasio Literário* não ficassem restritas ao círculo dos seus sócios, pois dessa forma a única coisa que conseguiriam seria “[tirar] de si próprias luzes para as concentrar em si mesmo [...] avaramente num círculo inútil”, tornando-se “hum instituto solitario, insufficiente á si mesmo, e indifferente á Sociedade”, os criadores dos *Estatutos* propõem outro corpo, para que o primeiro possa “gozar de huma vida de relação [...] que abra huma porta ao ingresso das luzes, e outra ao derramamento d’ellas”. O segundo corpo seria chamado Gabinete de Estudos, descrito como um “Instituto estudioso, a fim de nos enriquecer, e pôr ao nível das luzes da Europa culta pela leitura das peças periodicas de varias Nações”. Esse “thezouro” seria dividido com os demais interessados por meio de um periódico, uma folha “d’extractos” redigida pelos sócios participantes. Enquanto o primeiro corpo “nutrirá nosso Instituto do espírito das Nações cultas da Europa”, o segundo corpo teria objetivo educativo mais amplo, pois nele se “diffundirá esse mesmo espirito sobre as bellas e remotas Provincias da nossa infante Nação”. A intenção de se tornar um instituto que desse aos leitores de seus extratos a possibilidade de se educar é muito enfatizada, pois o Gabinete “terá por fim o estudo, e o ensino”, ficando ocupado “em recolher, e transmitir”. Nessa passagem, vê-se como a *Sociedade* tentava assumir o que posteriormente tornou-se “obrigação” dos sistemas escolares de ensino: *recolher e transmitir* o conhecimento. Ao contrário de outros estatutos de sociedades ou gabinetes de leitura, os da *Sociedade Philopolytechnica de São João del-Rei* não fazem nenhuma referência à escola. No Rio de Janeiro, a *Sociedade Jovial e Instrutiva*, inaugurada em 1829 por dez jovens, tinha como objetivo “o ensino recíproco dos membros entre si”. Em 1831, “a polícia procurava ativamente as sociedades secretas e as perseguia rigorosamente. Para não parecerem suspeitos nem passarem por conspiradores, os membros da *Sociedade Jovial* não se limitaram a admissões e conceberam a idéia de abrir escolas”. Os estatutos passaram por reformulações e, a partir de 1831, a sociedade passou a se chamar *Amante da Instrução*, tendo criado cursos de ensino elementar, de Francês, Português, Latim, Lógica, um asilo para órfãs, etc. (Almeida, 2000, p. 211-212)

Para o funcionamento da *Sociedade Phylopolytechnica* seria arranjada uma sala com mesa, cadeiras, escrivaninha, papel, tinta e os materiais de leitura. Chamo a atenção para o fato de se perceber, dessa forma, o modo de leitura pretendido (ler anotando), pois, se foi pensada a possibilidade de se adquirir mobiliário adequado para a escrita, além de papéis e tinta, isso indica que os leitores das obras da *Sociedade* deveriam anotar em folhas avulsas as passagens dos livros que mais lhes interessassem. Entre o que se classificou na época como “materiais de leitura” estariam, além dos periódicos brasileiros, folhas públicas de outros países, pontos considerados os mais “civilizados”. Essas “interessantes” obras viriam da França, de Portugal, da Inglaterra e de “Cadiz”, na Espanha. Além dessas, comporiam o corpus do Gabinete algumas obras de referência, como “peças classicas de Geographia, Historia, e Linguas para a intelligencia dos periodicos, e bem assim todos aquelles Livros instructivos que se poderem ir obtendo”.

É interessante ressaltar que a maioria dos Gabinetes de Leitura de Lisboa analisados por Lousada (2000-2001, p. 174) também possuía como materiais para leitura os periódicos ou folhas públicas.

A assinatura dos periódicos deveria ser aprovada preliminarmente pela *Sociedade*, tanto os "Nacionais" quanto os "Estrangeiros". Caso a instituição não dispusesse de condição financeira para a assinatura, seria feita, "com aprovação da Assembléa uma *derrama pelos Socios*" [grifos meus], mais um motivo que permite enfatizar o caráter elitista do grupo, pois nem todos teriam condições econômicas favoráveis o bastante para dispor de dinheiro de maneira inesperada, caso a manutenção do Gabinete requisitasse.

A distribuição dos periódicos existentes no acervo do Gabinete entre os leitores deveria ser "uniforme [para] que todos possam ler tudo". As folhas públicas em "línguas communs" deveriam sempre ser lidas em silêncio, mas as publicadas em "línguas menos vulgares poderão ser [lidas] por um interprete, [...] mas em lugar separado". Entre as línguas menos comuns aos habitantes de São João, Walsh (1985, p. 78) afirma que, durante sua estada na Vila, "descobrimos que havia três pessoas na cidade que falavam inglês e eram membros da biblioteca, além de algumas outras que conseguiam ler a língua e estavam fazendo progressos na conversação". Dos subscritores da biblioteca que falavam inglês, sabe-se, por meio de Walsh, que um deles era Aureliano Coutinho, Diretor da Biblioteca.

Haveria duas "comissões" a constituir esse segundo corpo da *Sociedade Philopolitechnica*, uma responsável por redigir os extratos mensais a serem publicados e outra para censurar os textos antes de irem para as prensas, que trabalharia nos oito últimos dias de cada mês. Todos os sócios poderiam participar dos trabalhos do Gabinete, que funcionaria diariamente, das 9 às 12 e das 14 às 18 horas.

Entre os funcionários do Gabinete, o "Conservador" (que ocuparia também o cargo de bibliotecário da Livraria Pública) seria o responsável por manter a ordem, inventariar as "peças" do acervo e ajudar o "Redactor" em seus trabalhos. A redação dos "extractos" seria feita mensalmente, os quais se definiam por constituir "uma compilação simples". Seu principal objetivo e, de acordo com os *Estatutos*, "vantagem", "he anunciar n'uma tenue, mas universal synopsis a face actual do mundo litterario", de modo sintético e "historicamente, e até como uma pura bibliografia", uma orientação para os estudos. Todos os sócios do Gabinete ficariam responsáveis por sua redação, venda e, caso fosse necessário, "concorrer provizoriamente [...] para a sua impressão" – mais uma fonte de gastos para os associados. Dependendo das preferências dos sócios é que os assuntos ou ramos do conhecimento seriam distribuídos para a posterior redação dos extratos. Os que quisessem enviar textos para compor os extratos seriam aceitos, mas todos, tanto os artigos dos sócios quanto os dos colaboradores, deveriam, antes da publicação, passar pela comissão de censura. Essa comissão deveria dirigir seus trabalhos tendo como norteadoras as *Leis de Liberdade de Imprensa*, a preocupação em corrigir a "ortographia contexto, e elocução", manter "certo decoro para com individuos, e personalidades", mesmo que esse "decoro" não estivesse descrito nas leis. Isso revela, mais uma vez, a perspectiva controladora da *Sociedade Phylopolitechnica*.

Toda a renda decorrente da venda desse periódico mensal seria destinada à compra das “peças, e livros para o aumento do Gabinete”. Sendo todos os trabalhos desse “Instituto” silenciosos, poderiam ser realizados, de acordo com seus idealizadores, na Biblioteca Pública, pois os sócios, ao trabalhar, “não estorvão a qualquer ainda não socio que queira ler” no recinto indicado.

Por fim, haveria na sociedade um “Instituto economico”, para administrar e dirigir, denominado Directoria, de “indole não [...] litteraria, mas puramente administrativa”.

O último objetivo da *Sociedade Philopolitechnica* seria, após aprovados seus *Estatutos* por S. M. O Imperador, “para o futuro da aquisição de um predio suficiente, e magestoso para nelle estabelecer os seus trez corpos, e um Gabinete de Historia Natural”, o que evidencia o quanto a elite da Vila de São João del-Rei se encontrava ligada ao que André Petitat (1994, p. 126) denomina “uma cultura técnico-científica”, que ia ganhando espaço entre as elites européias desde a Renascença, mas que toma força nos setecentos, tornando-se maciça sobretudo a partir do século XIX. No seio das elites européias oitocentistas, eram muito difundidos os laboratórios de Física, Química e os museus de História Natural. Segundo Lenoir e Ross,

These new museums embodied a number of proposes [...] but, more important, these museums were *intended to educate* their visitors [...] because they have the authentic power to open the visitor’s eyes to the movement and meaning of the stream of life [...]. In the nineteenth-century tradition, the museum is a window onto nature, a microcosm standing in for the macrocosmic stream of life [grifos meus] (1996, 372)¹¹.

O interesse pela “sciencia” demonstrado pelos *Estatutos da Sociedade Phylopolitechnica* ao pretender inaugurar um Gabinete de História Natural e a análise de alguns escritos de Baptista Caetano “fornecem indicações importantes acerca da articulação entre os conhecimentos técnico-científicos e as práticas sociais” (Petitat, 1994, p. 133). Em ofício dirigido à Câmara Municipal de São João del-Rei, em 1822, Baptista Caetano tenta convencer os vereadores da necessidade de se construir na Vila um chafariz. Quando se refere à água do córrego que pretendia canalizar, afirma que “nenhuma há que tão boa seja, como a do Chafariz do largo de São Francisco: porque além de merecer a *aprovação do químico João Manso*, [...] nenhuma outra há que seja tão abundante”, apesar de que

embora digam alguns *amigos do velho ideal*, que outra origem há da Serra do Lenheiro, que melhor é, e que mais cômodo se tornará o seu encanamento: *a estes responderei que contra a experiência não há argumentos, tanto mais quando ela não se funda em factos duvidosos, e sim em factos autênticos, com exames formados por peritos*, em 1822, quando se intentou fundar um Chafariz, *aquém das Pontes*¹².

¹¹ De acordo com Pomian (1977, p. 77), “até metade do século XVIII, pelo menos em França, são as *medailles*, isto é, as moedas antigas, as peças de coleção por excelência. A partir desta data, serão suplantadas pelos objectos de história natural”.

¹² ACMSJDR: CAED 68 (1823-1831): Registro de um ofício dirigido a esta Câmara pelo Cidadão Baptista Caetano d’Almeida acerca da Subscrição para o Chafariz publico, aos 30/3/1828. [Grifos meus]

A *Sociedade* tratava de um *locus* onde se articulariam saber e poder, pois, para os homens do século XIX, era importante conhecer para controlar e saber para se distinguir da massa de iletrados ou mal-letrados. As capacidades de ler e escrever, para esses homens, "eleva-os acima da 'grosseira'" (Fabre, 1996, p. 206) e, principalmente, "operam uma articulação no topo da pirâmide envolvendo ciências, técnicas e classes dominantes" (Petitat, 1994, p. 134). A partir da leitura dos documentos citados, percebe-se que esse interesse pela ciência tipicamente oitocentista constituía-se como parte dos horizontes de expectativas políticas e sociais da elite local.

A busca pelo conhecimento acompanha a todo tempo o "discurso de inauguração da Biblioteca Pública", pois, segundo este, os brasileiros, desejosos de cultura, "lançavam avidos olhos para as Nações trans-Athlânticas", onde havia tipografia, bibliotecas, livros, comunidades de leitores. Dessa forma, as bibliotecas teriam, em primeiro lugar, função educativa, que possibilitaria o progresso no lugar onde fossem inauguradas, levando seus freqüentadores a alcançar, pelo conhecimento, os bons costumes, uma vez que "o homem ignorante [...] se deprava, e se faz mau: [sendo] o flagello de si próprio, e da Sociedade, em que vive". O "homem civilizado" deveria ser, acima de tudo, racional, não se deixando levar "de disvario em disvario", nem "[arrastar] pelo troyel de desenfreadas paixões". Ainda de acordo com o citado discurso, o "homem civilizado", ao contrário do bárbaro, é firme, corajoso, virtuoso, abrilhanta o lugar onde vive, encara firme a morte. O cidadão civilizado "está tranquillo em sua consciencia, ama, e aprecia a Virtude só porque he Virtude". A sabedoria deveria ser constantemente perseguida, pois é ela a maior "benfeitora do homem! [...] mantém a moral em sua nativa pureza, engrandece a alma, eleva o pensamento, torna inabalaveis a Virtude e a Liberdade; e enche de beleza, de encantos, e de vida o espetaculo da Natureza". A sabedoria torna-se indispensável para a civilização do país, pois "as mais importantes verdades lançadas no meio de hum Povo rude [...] são como a mais brilhante luz, que, interceptada pelos Corpos opacos [...] se confunde com as trevas". Tornava-se, portanto, imprescindível instituir um programa que civilizasse os cidadãos de acordo com o que essa elite considerava o ideal de virtude, sabedoria e racionalidade.

Com o que foi dito, percebe-se que o empreendimento da *Sociedade Phylopolitechnica de São João del-Rei* é característico do século XIX e que, por meio do estudo de seus Estatutos, pode-se perceber uma mudança no comportamento das elites brasileiras com relação ao mundo da palavra escrita. Se, num passado não muito distante, essa relação se baseava no medo do perigo que a circulação desenfreada de idéias apropriadas de escritos então proibidos oferecia aos poderes constituídos, nos oitocentos as elites voltam-se para a busca de iniciativas civilizatórias que o livro, a leitura e o debate de idéias poderiam promover. Havia, por parte das elites locais, uma valorização da cultura escrita, desde que as pessoas "certas" fossem civilizadas. Os iniciadores das instituições responsáveis por promover a civilização buscavam a permissão para o funcionamento e o apoio do Estado para sua manutenção e ampliação. O acesso a esses espaços de con-

vívio com o escrito era marcado, desde o início, pela distinção/exclusão, pois se definia tanto o público leitor quanto os suportes e as formas de acesso à leitura, sendo sua prática nesses ambientes restrita às elites. Ao mesmo tempo, essas elites tomam para si o papel de difundir o ideal civilizatório para o "povo miúdo", por meio da publicação dos extratos, o que garantiria o controle do acesso ao escrito.

Passamos agora a analisar o modo como deveria ser feita a leitura no interior da *Sociedade Phylopolitechnica*. Deve-se ressaltar que, mais uma vez devido aos limites impostos pelas fontes trabalhadas, assim como Augusti, investigo um

público virtual e de práticas possíveis de leitura, pois se trata de uma situação de idealidade na medida em que essa documentação [exclui] todo o universo de leitores e práticas de leitura que, provavelmente, escapavam às regras de funcionamento elaboradas por essas instituições (1998, p. 14).

Dessa forma, o que se pode analisar é o modo como se pretendia organizar a leitura "ideal", a mais "adequada", os modos "corretos" de se ler em um espaço social de exercício da leitura determinado e nunca as práticas de leitura efetivamente realizadas pelos que se inseriam nessa comunidade de interpretação.

A forma de leitura a ser feita nas dependências da *Sociedade Phylopolitechnica* era a visual silenciosa, pois o "profundo silêncio, e continuidade da leitura" nunca poderiam ser "rompidos", nem por "consulta geográfica, ou phylologica, nem qualquer duvida". As eventuais incertezas deveriam ser solucionadas "por leitura, e nunca verbalmente". Daí o motivo pelo qual as obras de referência, como os dicionários, estariam sempre na sala, e nunca "estes objectos serão retirados do Gabinete". Os *Estatutos* justificam essa insistência pela leitura silenciosa na medida em que ela não distrairia os demais leitores, mas penso que essas regras de funcionamento do Gabinete de Estudos indicam certa relação com o escrito. A "boa" leitura, a leitura "correta", deve ser feita em silêncio. Esse tipo de leitura não pode ser visto somente como aquele que "autoriza o recolhimento", que não perturba os demais leitores, não nesse período da história¹³. A prática da leitura visual em silêncio denota grande intimidade com o impresso e, acima de tudo, o estabelecimento desse tipo de leitura, que não permite a oralização, acaba por considerar esta última inferior, recurso para semi-letrados ou iletrados. Durante o século XIX, a leitura silenciosa, desfrutada na intimidade, na solidão absoluta, vai tomando o lugar antes dominado pela leitura oralizada, sendo essa cada vez mais mal-vista. Apesar de não ser extinta, de coexistir com a leitura silenciosa, a verbal é cada vez mais desprezada, pois, para as elites, estava relacionada às camadas inferiores da população citadina ou às gentes do campo. Portanto, quando os

¹³ Lembrando que "aqueles capazes de ler os textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que leem para poder compreender" (Chartier, 1998, p. 13). Sobre a emergência da leitura solitária (no sentido de íntima, mesmo na presença de outro) e silenciosa, "que toca o leitor diretamente em seu íntimo", permitindo uma relação pessoal com o texto na Europa entre os séculos XVI e XVIII, ver: Chartier, 1991, p. 119, 126, 135, 137 a 139 e 143.

Estatutos da Sociedade Phylopolytechnica sinalizam para a permissão, somente em ocasiões especiais, da leitura oral e coletiva, dão-nos testemunho da ainda existência dessa prática de leitura. Mesmo sendo este o último recurso para os leitores da elite, que tomam tal iniciativa somente quando não conseguem entender textos escritos em línguas desconhecidas. Assim, percebe-se que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a leitura “também ganhou qualidades, agora caracterizada pela recepção discreta, silenciosa [...] disciplinada. Silêncio e tranqüilidade eram considerados virtudes [...] da leitura” das elites (Wittmann, 1999, p. 149). Talvez outros moradores da Vila, detentores de graus de letramento inferiores aos do grupo em questão, praticassem aquele modo de ler “inferior”, “bárbaro” e os sócios frequentadores do Gabinete insistissem em “demarcar” uma posição cultural diferente, que seria evidenciada a partir da observação da citada regra dos *Estatutos*.

A *Sociedade Phylopolytechnica* tinha, entre seus objetivos, o de “promover a prosperidade Litteraria de cada Socio, da Sociedade, e da Nação Braziliense”. A leitura realizada pelos sócios nunca deveria se limitar a uma mera distração, pois deveria ser, em última instância, “útil” a cada leitor e ao país, à construção de uma nação “civilizada”.

O principal ganho dos que contribuísssem com os trabalhos de redação dos “extractos mensais” do Gabinete de Estudos seria o fato de eles “[aprenderem] o methodo industrioso de ler com analyse (stylo utitur)”. Não nos é dada a informação exata do que seria esse método, mas parece bem claro que se tratava de uma leitura laboriosa, árdua, que busca atentamente os variados aspectos dos textos, confrontando as idéias neles contidas, diferente da leitura feita rapidamente. Talvez ainda esse método fosse um entre os que Wittmann (1999, p. 151) adjetiva de “métodos de leitura do Iluminismo”, que têm como objetivo servir a uma causa, que “amaldiçoavam essa leitura de entretenimento socialmente inútil”. Márcia Abreu, ao analisar os tratados setecentistas mais difundidos no Brasil sobre as maneiras ideais de se ler as belas letras, constata haver três funções básicas para a leitura: “formar um estilo, instruir e divertir”, sendo esta última função desqualificada, pois a leitura deveria, antes de tudo, ser formadora, ter uma função utilitária bem-expressa (1999, p. 314). Tal prática tinha como objetivo “incorporar um estilo” e, para ler com utilidade, sugeria-se percorrer os seguintes passos:

atenha-se em seus estudos aos bons autores. [...] Leia estes autores com aplicação e perseverança; leia pouco de cada vez, reflita bastante; não passe sem ter perfeitamente compreendido [...] e volte a eles frequentemente; saiba consultar os homens instruídos, assim, você retirará de suas leituras tantas e tão preciosas vantagens, que um dia me será agradecido de lhe ter dado alguns concelhos sobre as maneiras de ler com utilidade (Biron, 1802, apud Abreu, 1999, p. 224).

Portanto, além de silenciosa, a leitura idealizada pelos *Estatutos da Sociedade Phylopolytechnica* era aquela que, como aconselha Biron, esmiuça, revê, desfia o texto para que suas idéias fossem mais tarde debatidas em reuniões, recortadas, alinhavadas a outras e reescritas. Em todos os momentos em que os *Estatutos* se referem à leitura “correta”, fica claro que sua prática, quando voltada ao entretenimento e sem super-

visão, deveria ser evitada. Era preciso obedecer a regras que, na verdade, acabavam por construir uma identidade de grupo entre aqueles que participassem dos trabalhos da *Sociedade Phylopolitechnica*, diferenciando-os do "povo miúdo". A leitura era, tendo em vista os Estatutos, capaz de promover uma eficácia social, pois seria possível formar a si próprio e à nação, tendo como recurso sua prática constante.

Apesar da intenção educativa e civilizatória dos idealizadores da *Sociedade Phylopolitechnica*, aos olhos do Estado tal empreendimento não foi tão bem-visto. Em correspondência datada de 5 de março de 1828, o parecer sobre os *Estatutos* e o pedido de permissão para a abertura da *Sociedade* foram assim analisados pelo parecerista Visconde de Cayru: "ainda que sejam úteis as sociedades puramente Litterarias", "que se pode esperar de hum Estalebecimento excentrico e sem base?"¹⁴. Essa indagação tão negativa sobre a *Sociedade* justifica-se, segundo o Visconde, pelo fato de que, uma vez declarando-se livre e com "liberdade de pensamento e expressão, em todos os assumptos de conhecimentos humanos", a instituição poderia "implicar com a Religião e Política" [grifos do autor]. Tanto assim que o próprio autor do projeto previu essa possibilidade, estipulando um artigo que, aos olhos do parecerista, é "insuficiente", quando diz "Poder-se-ha interromper e rejeitar a leitura, quando escandalizar o sistema político e religioso, ou o decoro civil" [grifos do autor].

Além disso, os *Estatutos* permitiam que qualquer pessoa "cultu", de qualquer lugar, pudesse ingressar na sociedade, sendo "esta clausula [...] [considerada] perigosa, por dar facilidade à correspondencias sinistras com Estrangeiros". Preocupações e suspeitas semelhantes já haviam recaído sobre as sociedades literárias de final dos setecentos, sendo várias delas extintas por ordens oficiais, pois, conforme Wittmann (1999).

De acordo com Cayru, outro motivo que impedia a criação oficial dessa sociedade de homens das letras em São João del-Rei era o fato de ela estar "tão remota da Corte, e sem Inspeção de Authoridade". Desde as primeiras povoações, no século XVIII, as Minas Gerais eram temidas pelas autoridades, pois, além de se localizar no interior do Brasil, seus habitantes eram considerados instáveis, inquietos¹⁵. Todos os cuidados eram tomados com relação a Minas. Mesmo assim, várias conturbações foram verificadas ao longo de sua história, provocadas tanto pelos colonizadores e vadios, quanto por escravos fugidos e índios que ocupavam o território. Como exemplos, podem-se citar a

¹⁴ Parecer do Visconde de Cayru acerca dos Projectos d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica empreendida em a Villa de São João D'El Rei. Revista do Archivo Publico Mineiro, Belo Horizonte, Ano IV, p. 838 e 839, 1899.

¹⁵ De acordo com Souza (1996, p. 348-350), durante o século XVIII, o processo de urbanização turbulento e a relação desequilibrada entre o número de brancos e de negros nas Minas Gerais amedrontavam as autoridades portuguesas. "O clima instável, enevoado, traiçoeiro da capitania foi comparado pelo conde [de Assumar] à população": "Os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. [...] a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e, amotinada lá por dentro, é como no inferno".

Guerra dos Emboabas no início dos setecentos, os inúmeros quilombos surgidos nas décadas de 1740-50, a revolta de Curvelo (1777), a Inconfidência Mineira (1789) e o levante de escravos, em 1820, que reuniu cerca de 21 mil homens (Souza, 1996, p. 352-364; Jancsó, 1997, p. 388-437; Oliveira, 1972, p. 283-292). Mesmo após a Independência, os ânimos dos mineiros ainda necessitavam ser controlados, como em 1822, quando, em Ouro Preto, “grassava um movimento de dissidência contrário à adesão ao príncipe” (Santos, 1999, p. 261). Minas Gerais conjugava a localização no interior do Império, longe dos “olhos do Governo”, com o fato de ser um lugar historicamente marcado por revoltas. A pretensão da *Sociedade* de estabelecer uma política de leitura silenciosa e útil e de escrita de um periódico que “educasse” seus leitores poderia disseminar rasteira e silenciosamente idéias perigosas, postas a favor de causas com as quais o Estado Imperial não concordava, num período tão conturbado como foi aquele imediatamente após a Independência.

Pelo que se sabe, a *Sociedade* não chegou a funcionar oficialmente do modo proposto nos *Estatutos*. A partir da documentação pesquisada, pode-se levantar a hipótese de que tampouco tenha funcionado clandestinamente, devido à ocorrência de desentendimentos entre alguns de seus sócios, os quais podem ser acompanhados em vários números do principal periódico da Vila de São João del-Rei, *O Astro de Minas*.

Destaco aqui as acusações trocadas entre o subscritor Francisco de Paula d'Almeida e Albuquerque, Ouvidor da Comarca até abril de 1827, e Baptista Caetano d'Almeida. Segundo correspondência deste último, publicada no *Astro*¹⁶, o Ouvidor teria enviado uma representação à Secretaria d'Estado dos Negócios da Justiça contra si, alegando que o iniciador da Biblioteca “podia traçar planos de impossar-se da vara de Juiz de Fora” sem proceder às formalidades legais, representação esta que foi publicada no número 112 do periódico *O Universal*, de Vila Rica. Baptista Caetano afirma que seu comportamento certamente o poria “a salvo das expressões caluniosas do dito Ouvidor” e que tal plano

tao improvavel he quanto avançou aquelle Ouvidor, que nem se quer se deo ao trabalho de ajuntar hum único documento, que fizesse comprovar a sua representação; e porque não ajuntou? por nao existir um unico facto, e ser somente hum plano de sua cabeça, inventado mais para me incommodar.

Diz ainda que o Ouvidor “tem huma propensão irresistivel para exercer arbitrariamente o poder” e, em tom ofendido, por ter sido chamado publicamente de impostor, Batista Caetano se diz contente

por ver que este blasonador de boa reputação nesta Comarca, partio a 10 do corrente mez, e devendo ser acompanhado da parte mais luzida do Povo desta Villa [conforme os costumes da época], apenas o foi por hum seo amigo e por hum adulator.

¹⁶ *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 67, suplemento, 22/4/1828.

Pouco menos de um mês após essa correspondência, *O Astro* publica a carta de outro subscritor, o doutor em Medicina Jorge Such, na qual parte em defesa do Ouvidor Francisco de Paula d'Almeida e Albuquerque¹⁷. Em sua correspondência, o médico e subscritor afirma que o fato de o Ouvidor ter partido de São João del-Rei com pouco acompanhamento não é "huma incontestavel prova da pouca estima, de que elle gosa", mas sim porque "elle não nomeou o tempo [em que partiria], tanto por desaprovar o costume [de ser acompanhado] como para poupar incommodo aos que o quizerao acompanhar". Afirma tê-lo acompanhado por considerá-lo "hum individuo, que reconheço ser hum gentil homem, de educação, talentos e amaveis maneiras". Por isso, vinha a público informar "a verdadeira rasao do pouco acompanhamento, que o mesmo Sr. teve (...) para que nao o attribua a outras causas injuriasas ao seo character".

Independentemente de se saber quem tinha razão a partir das trocas de insultos nas correspondências publicadas, fica patente o quanto se tornava difícil levar a cabo o projeto da *Sociedade Phylopolytechnica*, tendo em vista que os subscritores, apesar de possuírem ideais de civilização em comum, estavam em disputa pela acumulação de poder político e simbólico junto aos membros da elite local.

Além disso, os homens do governo sabiam que "o ensino da leitura é um meio de transformar os valores e os hábitos dos grupos sociais que são o seu alvo" (Chartier, 2001, p. 35). Conforme foi dito ao longo do texto, as formas de busca pelo acesso à leitura eram muito variadas no período estudado e, apesar de as elites estarem promovendo um movimento de busca pela civilização, temia-se que os leitores fugissem ao controle da ordem pública. Pode-se dizer que se vivia uma ambigüidade com relação ao acesso e à disseminação das práticas de letramento, pois, ao mesmo tempo em que as medidas civilizatórias eram admiradas e desejadas, eram ainda temidas.

Fontes primárias

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil* (1500-1889). São Paulo: EDUC/ INEP, 2000.

ARQUIVO da Câmara Municipal de São João del-Rei. *Livro para Subscrição voluntaria a beneficio da mantença da Livraria Publica de São João d'El Rey* - (SUB 208 - 1824-1827). *ASTRO de Minas (O)*, São João del-Rei, n. 30, p. 4, 2/1/1828; n. 67, suplemento, 22/4/1828; n. 78, p. 02, 17/5/1828; n. 80, p. 4, 22/5/1828; n. 81, p. 04, 24/5/1828; n. 127, p. 1, 9/9/1828.

¹⁷ *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 78, p. 02, 17/5/1828.

PARECER do Visconde de Cayru acerca dos Projectos d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica empreendida em a Villa de São João D'El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899.

PROJECTOS d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica empreendida em a Villa de São João D'El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899.

REGISTRO de um officio dirigido a esta Câmara pelo Cidadão Baptista Caetano d'Almeida acerca da Subscrição para o Chafariz público, aos 30/3/1828 - (CAED 68 - 1823-1831) - Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei.

WALSH, *Noticias do Brasil - 1828/1829*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. (vol. II)

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil Colonial. In: ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: SP: FAPESP, 1999. (Coleção Histórias de Leitura)

AUGUSTI, Valéria. Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. *Leitura, teoria & prática*. Campinas, SP: ALB: Porto Alegre: Mercado Aberto, n. 32, dez./1998.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPOS, Maria Augusta A. *A marcha da civilização - As Vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Dissertação de Mestrado)

CAVALCANTE, Berenice. Os 'letrados' da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, RJ, v. 8, n. 1-2, p. 53-66, jan./dez. 1995.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: EDIUnB, 1998.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIËS, Phillippe; DUBY, Georges (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Schwarcz, 1997.
- KURY, Lorelai B.; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo*, RJ, v. 8, n. 1-2, p. 105-122, jan./dez. 1995.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LENOIR, Timothy; ROSS, Cheryl Lynn. The naturalized history museum. In: GAL-ISON, Peter; STUMP, David J. (Orgs.). *The disunity of science*. Stamford: Stamford University Press, 1996.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Leitura, política e comércio: os primeiros gabinetes de leitura em Lisboa, 1801-1832. In: Colóqui "A casa literária do Arco do Cego", 2000, Lisboa. *Actas...* Lisboa: EDIUAL, 2000-2001.
- MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido*. (1847-1890). São Paulo: USP, 1990. (Dissertação de Mestrado)
- MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura no Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: SP: FAPESP, 1999. (Coleção Histórias de Leitura)
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.
- MORAIS, Christianni Cardoso. "Para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria": estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. (Dissertação de Mestrado)
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. O processo de Independência em Minas Gerais. In: MOTA, Carlos G. (Org.). 1822 - *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- PETITAT, André. *Produção da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopaedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1977.
- SANTOS, Estilaque F. dos. Minas e a Monarquia. In: *A Monarquia no Brasil - o pensamento político da Independência*. Vitória: EDUFES/CEG, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996.
- SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. (vol. II)

Data do recebimento: 2-2-04

Data da aprovação: 18-2-04